



Ministério dos Negócios Estrangeiros

Secretaria Geral

Departamento Geral de Administração

Versão 13nov 10h

ÍNDICE

I	NOTA INTRODUTÓRIA	2
II	Políticas	2
II.1	Medidas de Política em 2013	2
II.1.1	Consolidar a Diplomacia Económica	2
II.1.2	Evoluir nas Relações Bilaterais e Multilaterais	3
II.1.3	Valorizar a lusofonia e as comunidades portuguesas	6
II.2	Reorganização do Ministério- Balanço de 2012	7
II.3	Medidas para 2013	8
III	Despesa Consolidada	10
IV	Orçamento de Funcionamento e de Investimento.....	12
V	Despesas por Classificação Económica	15
VI	Evolução das despesas do MNE.....	17
VII	Rede Externa	18
VIII	Recursos Humanos	20



I NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2013.

II POLÍTICAS

A política externa, como instrumento de afirmação de Portugal no Mundo, desenvolve-se em torno de três grandes eixos de intervenção:

- Consolidação da diplomacia económica
- Evolução no contexto das relações bilaterais e multilaterais
- Valorização da lusofonia e das comunidades portuguesas

II.1 Medidas de Política em 2013

II.1.1 Consolidar a Diplomacia Económica

No atual contexto, em que a diplomacia económica se assume como um eixo estruturante da política externa, é necessário manter a aposta na promoção das exportações e na captação de investimento estrangeiro.

Neste sentido, importa:

1. Promover a alocação de recursos para os países com maior potencial de incremento das exportações e de captação de investimento direto estrangeiro, tendo em conta os critérios de estabilidade nas representações externas de Portugal e as dinâmicas da economia global.
2. Continuar a apostar na diversificação de mercados, no alargamento da base exportadora e na atração de investimento estruturante.
3. Desenvolver uma política pró-ativa de maior cooperação entre empresas, designadamente entre Grandes Empresas e PME, promovendo efeitos de arrastamento no acesso a mercados externos.
4. Fomentar as parcerias entre empresários portugueses residentes e não residentes, bem como o investimento dos portugueses não residentes.



5. Promover a ação de câmaras de comércio portuguesas e de outras estruturas empresariais nos países de residência, contribuindo para uma maior articulação entre todos os intervenientes nos processos de internacionalização.
6. Apostar na “Marca Portugal”, contribuindo para uma efetiva promoção da proposta de valor do país e das empresas.
7. Concluir a implementação da gestão unificada pelo chefe de missão das redes diplomática e consular, comercial, turística e cultural, nomeadamente a co-localização de instalações.
8. Prosseguir e aprofundar a definição de Planos de Negócio de diplomacia económica para cada posto externo e reforçar a formação dos diplomatas, nomeadamente em matérias relacionadas com a diplomacia económica.
9. Divulgar e promover o regime especial de concessão e renovação de autorização de residência a estrangeiros para atividade de investimento em Portugal (“vistos gold”).

II.1.2 Evoluir nas Relações Bilaterais e Multilaterais

No contexto da participação de Portugal no processo de construção europeia, a atuação do Governo será marcada pela defesa dos princípios fundamentais da coesão e solidariedade entre os Estados-membros, bem como pelo reforço do método comunitário, destacando-se a intervenção nas seguintes áreas:

1. Redefinição, em curso, da governação económica europeia, incluindo a aplicação em Portugal do pacote legislativo denominado “*Six Pack*” e da transposição para a legislação nacional do Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação;
2. Conclusão da negociação do novo Quadro Financeiro Plurianual e da negociação com a Comissão Europeia do Acordo de Parceria que vai concretizar as orientações estratégicas da aplicação em Portugal dos fundos do Quadro Estratégico Comum, tendo presente a importância da Política de Coesão e o seu contributo para a modernização e internacionalização da economia portuguesa;
3. Aprofundamento do mercado interno europeu, através da conclusão da transposição legislativa dos instrumentos previstos no Ato para o Mercado Único I e participação na negociação do Ato para o Mercado Único II, recentemente apresentado pela Comissão Europeia;
4. Relançamento da Política Marítima Integrada, com especial importância na implementação da “Estratégia da União Europeia para o Oceano Atlântico”;



5. Implementação da Política Europeia de Vizinhança renovada, que pretende apoiar de forma sustentada o processo de reformas políticas, económicas e sociais dos países vizinhos, tendo o apoio aos países mediterrânicos uma especial relevância para Portugal;
6. Consolidação das relações da União Europeia com os parceiros estratégicos e fortalecimento das relações da UE com os países emergentes, incluindo pela via da negociação de acordos comerciais, com base na defesa dos princípios de reciprocidade e do benefício mútuo, nomeadamente nos acordos com o Canadá, Índia, Singapura e Japão.

Em paralelo com a participação ativa no contexto das instituições europeias, Portugal empenhar-se-á afincadamente nas organizações internacionais multilaterais, com destaque para as seguintes prioridades:

1. No quadro das Nações Unidas, continuar a contribuir, de forma construtiva, para a tomada de decisões no quadro da manutenção da paz e da segurança internacionais;
2. Contribuir para a definição e implementação da política de direitos humanos no quadro da União Europeia e das Nações Unidas, devendo prosseguir em 2013 as ações de promoção da candidatura portuguesa a membro do Conselho de Direitos Humanos, no triénio 2015-2017;
3. No âmbito da NATO, manter uma presença empenhada, a nível político e operacional, com particular incidência na implementação nacional da nova Estrutura de Comandos;
4. Continuar a participar de forma ativa em diversas operações de paz e de segurança internacional, nomeadamente no âmbito das Nações Unidas, NATO e em missões civis e militares no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da EU;
5. Apoiar a Aliança das Civilizações, tanto ao nível do Grupo de Amigos como nas reuniões regionais e desenvolver o segundo Plano Nacional de Implementação dos objetivos da Aliança.
6. Promover a participação e a presença de cidadãos nacionais nas instituições e organismos internacionais, prosseguindo as iniciativas lançadas em 2012, designadamente com a criação de um *site* dedicado à divulgação de oportunidades de emprego e estágios (www.carreirasinternacionais.eu).

No plano bilateral, assinalam-se as seguintes áreas de intervenção:

1. Acompanhamento das relações com países europeus, tendo, designadamente, em conta a importância do relacionamento económico e cultural, bem como a forte presença de comunidades portuguesas nesses países;



2. Manutenção da relação privilegiada com os EUA, no quadro da Comissão Permanente e das mais diversas áreas de cooperação, incluindo a cooperação específica com a Região Autónoma dos Açores;
3. Desenvolvimento das relações históricas de Portugal com a América Latina, com destaque para o aprofundamento do vasto relacionamento bilateral com o Brasil e para o reforço das relações políticas e económicas com outros países da região, como o México, o Peru, a Colômbia e a Venezuela;
4. Aprofundamento da relação bilateral com os países da região do Magrebe nas suas múltiplas vertentes e designadamente ao nível das Cimeiras bilaterais já instituídas;
5. Empenho no reforço do relacionamento com a Ásia e a Oceânia, que passará pela intensificação de visitas bilaterais, da realização de consultas políticas e do acompanhamento das relações económicas.
6. Prossecução da relação com os países africanos, com particular atenção ao relacionamento especial existente com os Países Africanos de Língua Portuguesa.

A política externa portuguesa alicerça-se, também, na participação de Portugal na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

No âmbito da CPLP, Portugal participará nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, dando continuidade à prossecução dos objetivos prioritários, em particular a promoção e difusão da Língua portuguesa, a intensificação da concertação político-diplomática e o reforço da cooperação sectorial.

Em paralelo, serão desenvolvidas ações visando o reforço do papel do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, potenciando a política de Cooperação para o Desenvolvimento e a promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

Neste âmbito, serão prosseguidas as seguintes linhas de orientação:

1. Reforçar os instrumentos de coordenação, devendo a Comissão Interministerial para a Cooperação e o Fórum da Cooperação assumir um papel mais relevante na coordenação dos diversos intervenientes e na promoção da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD).
2. Melhorar a coordenação e eficácia da ajuda externa ao desenvolvimento, projetando a ajuda ao desenvolvimento como uma política nacional e um dos vetores da ação externa do Estado nomeadamente na sua relação com os PALOP e Timor-Leste;
3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa, privilegiando uma maior concentração geográfica e sectorial, que deve incluir o desenvolvimento



- empresarial e um maior envolvimento das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento;
4. Aprofundar a participação portuguesa nos processos de definição/discussão da nova agenda para o desenvolvimento para o período pós-2015 e perspetivas financeiras da UE para 2014-2020, bem como na definição da política de cooperação tendo em conta a estratégia da Cooperação Portuguesa e dos países parceiros;
 5. Repensar a integração e participação do IICT no quadro da cooperação portuguesa.

II.1.3 Valorizar a lusofonia e as comunidades portuguesas

No âmbito do objetivo assumido de promover o valor estratégico das Comunidades Portuguesas e o reforço da ligação efetiva entre Portugal e os residentes no estrangeiro, a que importa dar continuidade, o Governo irá:

1. Projetar a língua e a cultura portuguesas como instrumento vital e estratégico da política externa, nas vertentes cultural e económica e da afirmação da imagem de Portugal no Mundo.
2. Neste âmbito, será dada prioridade ao ensino português no estrangeiro, introduzindo na respetiva rede fatores de qualidade que reforcem o seu estatuto, designadamente por meio da certificação de competências e formação de professores de língua portuguesa.
3. Dar continuidade à desburocratização dos procedimentos administrativos e à simplificação dos atos consulares e promover a eficiência e rapidez da ligação da rede consular aos serviços centrais do Estado e aos utentes;
4. Promover a criação de redes de personalidades de origem portuguesa no estrangeiro com intervenção nas áreas cultural, científica, empresarial, social e política;
5. Reestruturar e qualificar a rede de Centros Culturais Portugueses como plataforma de intervenção regional;
6. Desenvolver uma ação cultural externa concertada, com organismos nacionais e internacionais, com vista à participação crescente de criadores portugueses em plataformas internacionais, em linha com as políticas culturais da UE, e à promoção da edição de autores de Língua Portuguesa no estrangeiro;
7. Apoiar os portugueses em situação de grande vulnerabilidade ou carência, sem resposta a nível local, reforçando a participação e responsabilização das instituições de solidariedade social existentes nos países de acolhimento;



8. Melhorar os mecanismos de representação das Comunidades Portuguesas junto do Governo com destaque para o papel do Conselho das Comunidades Portuguesas, órgão consultivo para as políticas de emigração e Comunidades Portuguesas, e os conselhos consultivos das áreas consulares.

II.2 Reorganização do Ministério – Balanço de 2012

Tendo presente os eixos prioritários de intervenção acima referidos, as orientações no âmbito do PREMAC e a orientação geral de contenção de despesa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros empreendeu, em 2012, um conjunto alargado de medidas de reorganização interna e da rede externa:

1. Definição de uma nova estrutura orgânica do Ministério, com destaque para a extinção da Direção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos e a integração do Instituto de Investigação Científica Tropical.

Procurou-se, ainda, dar uma nova dimensão e assegurar maior interligação entre as políticas de promoção da língua e de cooperação, promovendo a fusão de dois institutos, o IPAD e o Instituto Camões, no novo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

A reestruturação orgânica do Ministério foi acompanhada de uma redução significativa do número de cargos dirigentes nos diferentes organismos e estruturas do Ministério (22%), cumprindo, e mesmo ultrapassando, os objetivos definidos no âmbito do PREMAC.

No âmbito da orgânica do MNE, foi, ainda, delegada no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros a tutela da AICEP.

Esta delegação tem permitido uma maior interligação entre a AICEP e os serviços do Ministério, designadamente ao nível da troca de equipas, partilha de intranet e divulgação de informação de carácter económico à rede externa do MNE.

2. Reforma da rede diplomática e consular, consubstanciada na desativação temporária de embaixadas e postos consulares, no redimensionamento de postos e na integração de missões (UNESCO e OSCE) em Embaixadas.

Igualmente, neste âmbito, deu-se início ao processo de implementação da gestão unificada pelo chefe de missão das redes diplomática e consular, comercial, turística e cultural.

Por outro lado, procedeu-se ao processo de co-localização na rede diplomática e consular das redes externas nas áreas comercial, do turismo e cultural, potenciando sinergias estratégicas e promovendo a racionalização de recursos.



3. Redimensionamento do pessoal do quadro externo, envolvendo o regresso de pessoal diplomático, especializado e administrativo que se encontrava em comissão de serviço.

Redução, em sede de Orçamento do Estado, dos abonos de representação do pessoal diplomático;

4. Revisão dos regimes jurídicos do pessoal especializado e do pessoal dos serviços externos do MNE:

- O novo regime jurídico do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dissociando-o da carreira diplomática e incluindo a definição de um regime de abonos próprio, encontra-se já em vigor;
- A revisão do Estatuto do Pessoal dos Serviços Externos do MNE, com base em critérios de transparência e objetividade, encontra-se em fase de discussão na Assembleia da República.

5. No domínio consular, criação de novas Permanências Consulares com recurso a equipamentos móveis, alargando a cobertura geográfica do atendimento consular e permitindo uma maior proximidade com as comunidades.

Por outro lado, foi revista a Tabela de Emolumentos Consulares, refletindo os custos associados à produção dos atos consulares e o processo de modernização consular que tem vindo a ser implementado.

6. Publicação do novo Regime Jurídico para o Ensino de Português no Estrangeiro, que prevê a adoção de um significativo conjunto de medidas promotoras de qualidade e exigência.
7. Criação do *site* "Carreiras Internacionais", com o objetivo de promover a presença portuguesa em instituições internacionais e divulgar as oportunidades de emprego e estágios nas Nações Unidas, União Europeia, Conselho da Europa, e serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (nesta plataforma foram já divulgados mais de 900 oportunidades de empregos e estágios, tendo-se registado mais 400 mil acessos ao site no período de janeiro a setembro de 2012).

II.3 Medidas para 2013

Em 2013, o Ministério dos Negócios Estrangeiros promoverá um conjunto de novas iniciativas e dará continuidade à implementação de algumas das medidas iniciadas em 2012, cujo impacto se repercutirá ainda no próximo ano:

1. Iniciar o processo de racionalização do património do MNE no exterior por via da revisão de todos os contratos de arrendamento;
2. Proceder à venda de património imobiliário desocupado;



3. Concluir os processos de co-localização da rede diplomática e da rede externa da AICEP (neste momento estão já concluídos 80%).
4. Prosseguir a reforma da rede diplomática e consular;
5. Propor a revisão do Estatuto da Carreira Diplomática, com o objetivo de o adaptar às novas realidades, dignificando a carreira especial dos diplomatas e aumentando o nível de exigência;
6. Implementar a revisão do novo Estatuto do Pessoal dos Serviços Externos;
7. Dar continuidade ao processo de redimensionamento do pessoal do quadro externo, concluindo o regresso de pessoal destacado em comissão de serviço;
8. Manter a redução de 6% dos abonos de representação dos diplomatas e introduzir uma nova redução de 5% nos abonos de representação dos secretários de embaixada;
9. Divulgar e promover o regime especial de concessão e renovação de autorização de residência a estrangeiros para atividade de investimento em Portugal ("vistos gold");
10. Prosseguir a implementação e consolidação dos Planos de Negócios em matéria de diplomacia económica definidos para cada posto;
11. Lançar o novo *site* – Portal Diplomático –, agregando e uniformizando todos os *sites* dos postos externos;
12. Reduzir consumos intermédios, prosseguindo o esforço já iniciado em áreas como a mala diplomática e a renegociação de contratos de prestação de serviços;
13. Continuar a reforma do ensino do português no estrangeiro através da criação de um sistema de acreditação de centros de ensino do português como língua estrangeira, da certificação da aprendizagem, da formação de professores, de uma maior divulgação da rede de ensino junto da comunidade escolar luso-descendente e da introdução de um sistema de propinas;
14. Melhorar a coordenação e eficácia da ajuda no âmbito da Política de Cooperação, assim como procurar diversificar as fontes de financiamento;
15. Repensar o projeto do Instituto de Investigação Científica Tropical;
16. Desenvolver o projeto de criação de um Arquivo Histórico Ultramarino unificado.



III DESPESA CONSOLIDADA

O total da despesa consolidada do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano de 2013 ascende a 347,5 M€. O total da despesa de funcionamento e investimento corresponde a 234,2 M€ e decresceu 4,3% em 2013 face a 2012 e 18,1% face a 2011, representando uma poupança total de 51,9M€.

O acréscimo de 5,4% da despesa consolidada em 2013 resulta, no essencial, da reposição do subsídio de Natal e, sobretudo, do aumento das contribuições para as organizações internacionais (25,3%), visando evitar o agravamento da respetiva dívida.

QUADRO III.1 – DESPESA TOTAL CONSOLIDADA

	A	B	C	D	E
	Execução 2011	Orçamento ajustado 2012 (1)	Orçamento Ajustado 2013 (1)	Variação % 2013/2012	Variação % 2013/2011
1 MNE (4)	199,3	186,0	171,3	-7,9%	-14,0%
2 Camões (5)	79,7	61,9	58,1	-6,1%	-27,1%
3 IICT (6)	7,1	7,3	7,1	-3,3%	-0,6%
4 Cativos	0,0	-10,6	-2,3		
5 Subtotal Funcionamento + Investimento	286,1	244,6	234,2	-4,3%	-18,1%
6 Reposição subsídio Natal	0,0	0,0	9,2		
7 Organizações Internacionais (CQOI)	60,8	65,0	81,4	25,3%	34,0%
8 FRI	14,7	20,1	22,7	12,8%	54,2%
9 Total consolidado MNE	361,6	329,7	347,5	5,4%	-3,9%

(1) Orçamento abatido de cativos e sem considerar a Reserva

(2) Os montantes considerados no quadro encontram-se já abatidos das transferências entre organismos do MNE, nomeadamente as relativas a financiamento do Fundo para as Relações Internacionais.

(3) Subtotal Funcionamento + Investimento (Linha 5): contempla em 2012 o orçamento corrigido do MNE abatido das cativações em aquisição de bens e serviços determinadas pela Lei do Orçamento do Estado para 2012 (2,2 M€) bem como a cativação adicional em despesas com pessoal (8,4 M€), no montante total de 10,6 M€. Em 2013, este montante está abatido das cativações em aquisição de bens e serviços (2,3 M€), bem como da verba correspondente à reposição do 13º mês (9,2 M€), previstas na proposta de Lei do OE para 2013.

(4) Serviços internos e externos da administração direta do MNE

(5) Camões - Instituto da Cooperação e da Língua resultante da fusão do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e do Instituto Camões

(6) Instituto de Investigação Científica Tropical que até meados de 2012 estava no P002 - programa orçamental da Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

Da análise ao Quadro III.1 verifica-se que a redução da despesa de funcionamento e investimento tem particular incidência nas despesas dos serviços internos e externos do MNE (linha 1) e nas despesas com a Cooperação e Língua (linha 2), com um decréscimo de 7,9% e 6,1% de 2013 face a 2012, respetivamente. Se compararmos 2011 com 2013, esse decréscimo é de 14% e 21%, respetivamente.

Os encargos com contribuições e quotizações para organizações internacionais (linha 7) registam, em 2013, um crescimento de 25,3% face



a 2012. Esta variação resulta da orçamentação do montante correspondente aos encargos anuais com quotas internacionais, evitando que a dívida com este tipo de despesa seja agravada.

QUADRO III.2 – CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES PARA ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – PESO RELATIVO

Organizações Internacionais	Peso Relativo (Encargos 2012)
ONU (incluindo Operações Manutenção de Paz)	67,8%
NATO	18,4%
Conselho da Europa	3,9%
OCDE	2,0%
OSCE	1,3%
OMC	1,0%
CPLP	0,8%
SEGIB (Conferência Ibero-americana)	0,8%
EU	0,7%
Outros	3,2%
Total	100,0%

Em 2013, verifica-se um acréscimo de 12,8% na verba orçamentada do Fundo para as Relações Internacionais (linha 8 do quadro III.1), em resultado da previsão do aumento de receitas emolumentares decorrente da revisão da tabela de emolumentos consulares.



IV ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE INVESTIMENTO

O montante total do orçamento de funcionamento e de investimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros é de 234,2 M€, dos quais 226,3 M€ provêm do Orçamento do Estado e 7,9 M€ de dotações com compensação em receita.

QUADRO IV.1 – ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO E INVESTIMENTO

	A	B	C	D	E	F	G
	Execução 2010	Execução 2011	Orçamento ajustado 2012 (M€)	Orçamento ajustado 2013 (M€)	Estrutura (%)	Varição 2013/2012 (%)	Varição 2013/2010 (%)
1 Gabinetes	4,8	3,8	3,3	3,4	1,4%	2,8%	-30,1%
2 Serviços Gerais	212,0	190,0	167,7	164,8	70,4%	-1,8%	-22,3%
3 Cooperação e Relações Externas	84,4	80,2	60,2	57,8	24,7%	-4,0%	-31,5%
4 Instituto de Investigação Científica Tropical	7,1	7,1	7,2	7,0	3,0%	-3,4%	-2,0%
5 Investimento	3,1	4,1	6,2	1,3	0,5%	-79,5%	-59,7%
6 Subtotal funcionamento e Investimento	311,5	285,3	244,6	234,2	100,0%	-4,3%	-24,8%
7 Reposição subsídio Natal				9,2			
8 Fundo para as Relações Internacionais	23,9	14,7	20,1	22,7		12,8%	-5,2%
9 Total Consolidado	335,4	300,0	264,7	266,1		0,5%	-20,7%

(não inclui Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais)

O orçamento de funcionamento e de investimento do MNE regista um decréscimo de 4,3% face a 2012, para o qual concorreu o decréscimo das dotações destinadas ao financiamento dos serviços internos e externos do MNE, da atividade de cooperação e língua e de projetos de investimento.

Os Serviços Gerais, que agregam os encargos com os serviços centrais do MNE e os serviços periféricos externos, mantêm o maior peso relativo no conjunto da despesa de funcionamento e de investimento do Ministério, representando em 2013 70,4% desta despesa.

De notar que o orçamento para 2013 contempla as seguintes medidas de otimização da despesa, iniciadas em 2012 e que irão ser prosseguidas em 2013:

1. Reforma da rede diplomática e consular, que em 2012 envolveu a desativação temporária de 7 embaixadas e 5 vice-consulados, a integração das Missões junto da UNESCO e OSCE, nas embaixadas em Paris e Viena, respetivamente.
2. Integração na rede diplomática e consular das redes externas nas áreas comercial, do turismo e cultural, potenciando sinergias estratégicas e promovendo a racionalização de recursos, designadamente por via da co-localização.



3. Dar continuidade ao processo de redimensionamento do pessoal do quadro externo, que envolveu o regresso de pessoal diplomático, especializado e administrativo que se encontrava em comissão de serviço, concluindo em 2013 o regresso do pessoal destacado em comissão de serviço.
4. Revisão do regime jurídico do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
5. Revisão do Estatuto do Pessoal dos Serviços Externos do MNE.
6. Manter a redução de 6% dos abonos de representação dos diplomatas e introduzir uma nova redução de 5% nos abonos de representação dos secretários de embaixada;
7. Conclusão do processo de fusão de dois institutos, o IPAD e o Instituto Camões, no novo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.
8. Continuar a reforma do ensino do português no estrangeiro através da criação de um sistema de acreditação de centros de ensino do português como língua estrangeira, da certificação da aprendizagem, da formação de professores, de uma maior divulgação da rede de ensino junto da comunidade escolar luso-descendente e da introdução de um sistema de propinas.
9. Repensar o projeto do Instituto de Investigação Científica Tropical.
10. Promover a criação de um Arquivo Histórico Ultramarino unificado.
11. Reduzir consumos intermédios, prosseguindo o esforço já iniciado em áreas como a mala diplomática e a renegociação de contratos de prestação de serviços;
12. Racionalização de recursos, aproveitando a nova estrutura orgânica do Ministério, designadamente, ao nível da rede informática e das instalações;
13. Racionalizar o património do MNE no exterior por via da revisão dos contratos de arrendamento e da venda de património imobiliário;
14. Lançar um novo *site* – Portal Diplomático – que se destina agregar e uniformizar todos os *sites* dos postos externos.



QUADRO IV.2 – MEDIDAS DE REDUÇÃO DA DESPESA

Medidas específicas com impacto orçamental:		(M€)
1. Reforma da rede diplomática e consular		3,67
2. Redimensionamento do quadro externo		7,85
3. Regresso do pessoal destacado		3,6
4. Redução de encargos com pessoal especializado		1,04
5. Redução de abonos dos diplomatas		1,93
6. Fusão do Instituto Camões e do IPAD no Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e reformulação da política de Cooperação		21,9
7. Redução do orçamento do IICT		0,25
8. Redução de consumos intermédios		1,59
9. Racionalização do património arrendado		0,7
Impacto global estimado 2012 e 2013		42,5

Em termos globais, a aplicação destas medidas traduzir-se-á numa poupança acumulada em 2012 e 2013 de aproximadamente 42,5 M€. A diferença face ao decréscimo global de 51,9 M€ entre 2011 e 2013 resulta do pagamento em 2011 do subsídio de férias e de Natal e da reposição em 2013 de um desses subsídios (resultando numa diferença de 9 M€).



V DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Sob a perspetiva da natureza das despesas, a situação do orçamento do MNE encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

QUADRO V.1 – DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unid.: 10⁶ Euro

	Orçamento Ajustado 2013			Estrutura 2013	Orçamento Ajustado 2012	Estrutura 2012
	Estado	SFA	Total Consolidado			
1 Encargos com pessoal	125,7	42,8	168,5	48,5%	163,0	49,4%
2 Aquisição de Bens e Serviços	29,1	9,2	38,3	11,0%	39,7	12,0%
3 Outras Despesas	21,4	37,9	59,3	17,1%	62,0	18,8%
4 Transferências correntes	0,1	25,7	25,7	7,4%	26,2	7,9%
5 Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
6 Despesas correntes	20,2	4,9	25,1	7,2%	25,4	7,7%
7 Aquisição de bens de capital	1,1	4,5	5,6	1,6%	8,2	2,5%
8 Transferências de Capital	0,0	2,8	2,8	0,8%	1,7	0,5%
9 Outras	0,0	0,1	0,1	0,0%	0,5	0,2%
10 Total Consolidado s/CQOI	176,2	89,9	266,1	76,6%	264,7	80,3%
11 CQOI	81,4	0,0	81,4	23,4%	65,0	19,7%
12 Total Consolidado	257,6	89,9	347,5	100,0%	329,7	100,0%

Obs: CQOI - Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais

As despesas com pessoal mantêm-se como o agrupamento com maior peso no orçamento do MNE, reduzindo o seu peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, de 49,4% em 2012 para 48,5% em 2013. Se excluirmos o efeito da reposição do subsídio de Natal (9,2 M€), o peso relativo dos encargos com pessoal reduz-se para 45,8%.

Em 2013, a poupança estimada com a redução de 3% de efetivos do MNE (93 efetivos, não incluindo os Agentes de cooperação e o pessoal dos Centros Culturais com contratos de prestação de serviços, nem o IICT) resulta, essencialmente, das saídas por aposentação e do facto de apenas se prever a sua substituição parcial.

As outras despesas reduzem o seu peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, de 30,8% em 2012 para 28,1% em 2013, em resultado do reforço da dotação destinada a contribuições e quotizações para organizações internacionais (que sofre um aumento de 16,4 M€ em 2013).

A despesa orçamentada em 2013 em aquisição de bens e serviços traduz o impacto das medidas de redução de despesa aplicadas em 2012 e a implementar em 2013, nomeadamente no que respeita aos consumos intermédios.



A redução da despesa com consumos intermédios, no montante aproximado de 1,59 M€, incide fundamentalmente nas seguintes áreas de despesa:

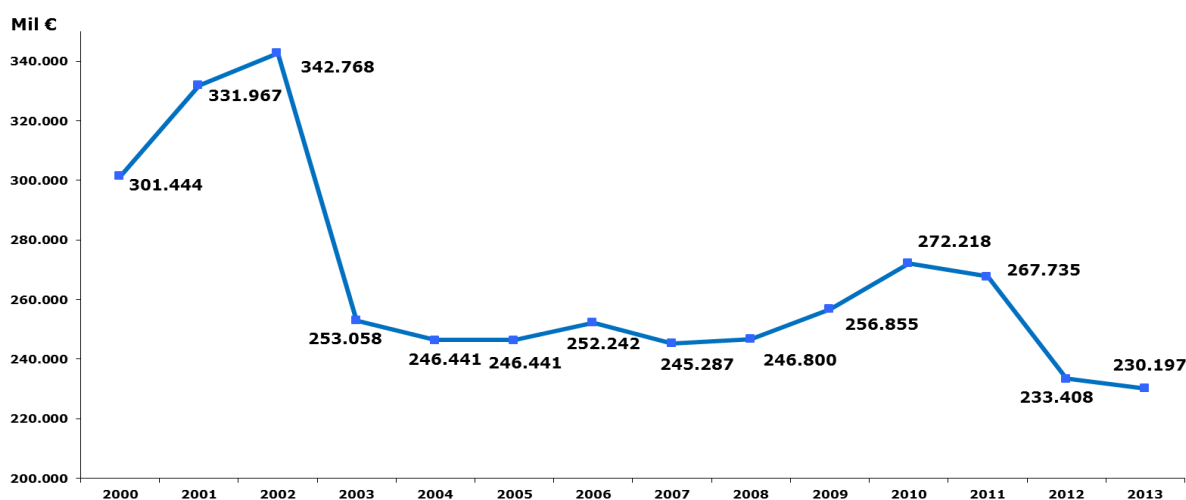
- Custos com a mala diplomática;
- Renegociação de contratos de segurança e vigilância;
- Redução das rendas com instalações;
- Redução da despesa de funcionamento dos serviços externos.



VI EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE

O gráfico abaixo apresentado mostra a evolução das despesas do MNE (incluindo apenas as receitas gerais do Estado) no período de 2000 a 2013.

GRÁFICO VI.1 – EVOLUÇÃO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO MNE



(1) Orçamento de funcionamento do MNE sem Presidência da União Europeia, Fundo para as Relações Internacionais, Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais e Instituto de Investigação Científica Tropical

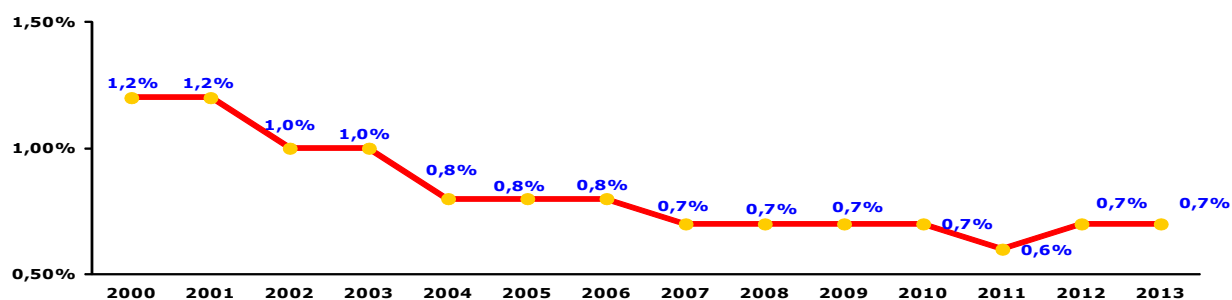
(2) 2012 - Orçamento ajustado

(3) 2013 - Orçamento ajustado (inclui reposição do subsídio de Natal)

O crescimento registado entre 2009 e 2010 deve-se ao facto de a partir de 2010 as atribuições relativas à rede de ensino português no estrangeiro terem sido transferidas do Ministério da Educação para o Instituto Camões, com o conseqüente reflexo no orçamento deste Instituto.

Considerando o peso relativo do orçamento do MNE no Orçamento do Estado, este mantém-se nos 0,7%, como se verifica no gráfico seguinte.

Gráfico VI.2 – PESO RELATIVO DO MNE NO TOTAL DO OE





VII REDE EXTERNA

No estrangeiro as atribuições do Ministério são prosseguidas pelas embaixadas, consulados gerais, consulados, vice-consulados, missões, representações e escritórios consulares. O número atual de serviços na rede externa é de 133, com a seguinte distribuição por tipo de posto diplomático:

QUADRO VII.1 – SERVIÇOS DA REDE EXTERNA POR TIPO DE POSTO DIPLOMÁTICO

	2011	2012
Embaixadas	80 (1)	74 (1)
Consulados Gerais	37	37
Consulados	2	2
Vice Consulados	12	8
Missões e Representações Permanentes	9	8
Escritórios consulares	5	4
Total Serviços Externos	145	133

(1) - Inclui Escritório Representação em Ramallah

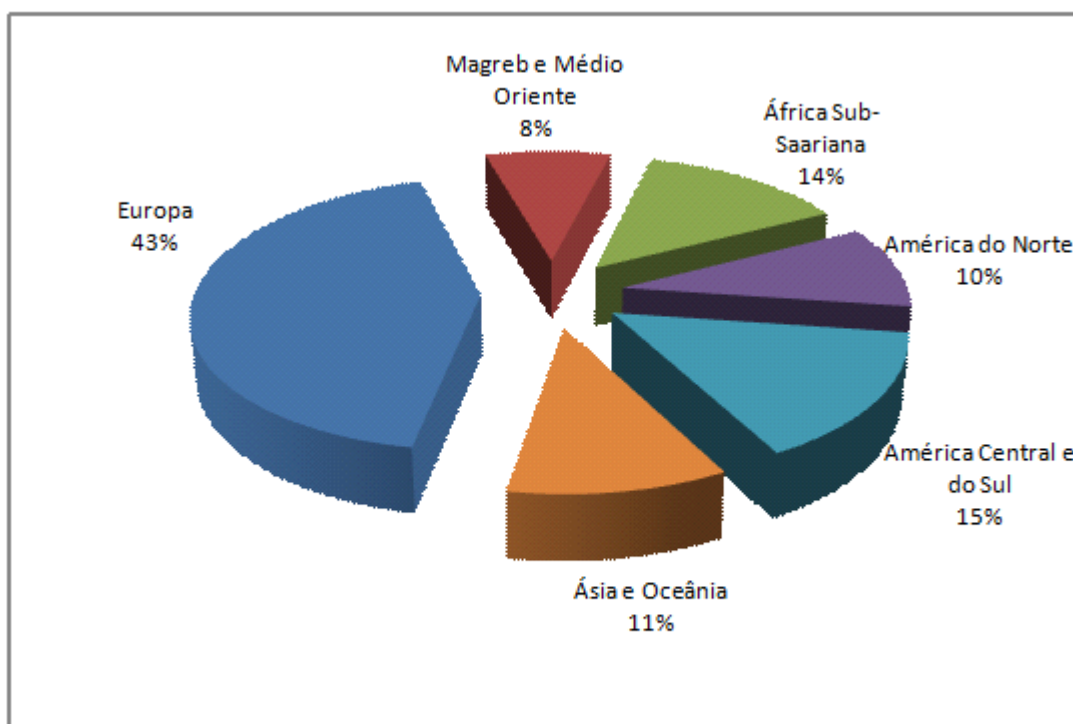
O número de postos diplomáticos, entre 2011 e 2012 teve uma redução de 12 postos, que resultou da desativação temporária das Embaixadas de Portugal em Andorra, La Valetta, Riga, Tallinn, Vilnius e Nairobi, da Missão Temporária de Portugal em Sarajevo; bem como do encerramento dos Vice-Consulados de Portugal em Frankfurt, Clermont-Ferrand, Osnabruck e Nantes e do Escritório Consular em Lille.

Recorde-se que em 2011 foram abertas as Embaixadas no Qatar e em Abu Dhabi.

A distribuição geográfica dos serviços da rede externa, constante do gráfico VII.2 e do quadro VII.3 infra, mostra que em termos relativos os postos diplomáticos se encontram concentrados no continente europeu e americano.



GRÁFICO VII.2 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS POSTOS DIPLOMÁTICOS



QUADRO VII.3 – LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DIPLOMÁTICOS

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total
Embaixadas	30	11	12	2	9	10	74
Consulados gerais	15	-	6	7	5	4	37
Consulados	-	-	-	1	1	-	2
Vice Consulados	2	-	-	1	5	-	8
Missões e Representações	7	-	-	1	-	-	8
Escritórios consulares	3			1			
Total	57	11	18	13	20	14	133



VIII RECURSOS HUMANOS

Estima-se que, a 31 de dezembro de 2012, os recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros sejam constituídos por um total de 3.486 efetivos, o que representa um decréscimo de 179 efetivos e - 4,9% face a 2011.

Se incluirmos os Agentes de Cooperação e pessoal dos Centros Culturais (com contratos de prestação de serviços), mantém-se a redução de 4,9% face a 2011.

QUADRO VIII.1 – VARIACÃO DE EFETIVOS 2011/2012 E DISTRIBUIÇÃO POR AGRUPAMENTO PROFISSIONAL

Unid: Efetivos

	2011	2012	Variacão 2011/2012
1 Diplomatas	460	405	-55
2 Pessoal Especializado	100	70	-30
3 Pessoal Técnico	412	471	59
4 Assistente Técnico	396	367	-29
5 Assistente Operacional	104	97	-7
6 Pessoal Local (Serviços Externos)	1.607	1.602	-5
7 Leitores e Docentes	72	54	-18
8 Professores e Coordenadores	514	420	-94
9 Subtotal Efetivos MNE	3.665	3.486	-179
10 Pessoal Centros Culturais	67	65	-2
11 Agentes Cooperação	191	178	-13
12 Total	3.923	3.729	-194

Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (168 em 2012)

Do quadro acima verifica-se que o número total de efetivos entre o ano 2011 e 2012 teve um decréscimo de 194 efetivos, tendo passado de um total de 3.923 para 3.729 efetivos. Esta variação resulta essencialmente de:

- Redimensionamento da rede diplomática e consular, com decréscimo no pessoal especializado e no pessoal local;
- Redução do nº de diplomatas em virtude quer de aposentações, quer de saídas para exercício de funções fora do MNE;
- Reestruturação da Rede de Ensino de Português no Estrangeiro, o que resultou num decréscimo no nº de professores e coordenadores e no nº de leitores;



- Aumento do nº de pessoal técnico do Camões, decorrente do regresso de pessoal que se encontrava a exercer funções fora deste Instituto.

No ano 2012 reduziu-se o pessoal de todo o MNE, com especial incidência nos Serviços Internos e nos Serviços e Fundos Autónomos.

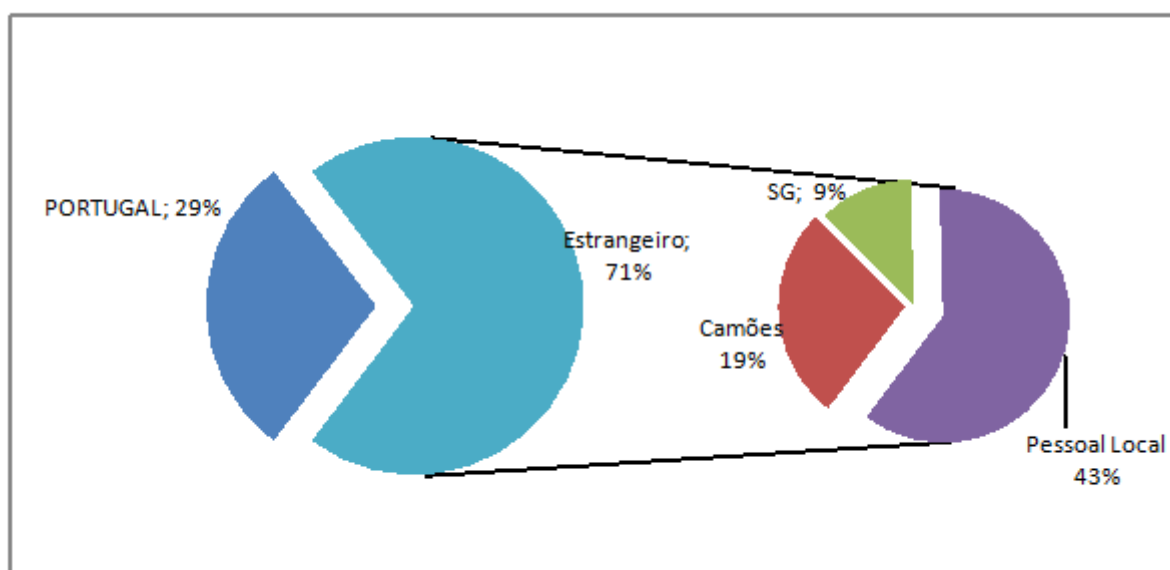
QUADRO VIII.2 – VARIAÇÃO DE EFETIVOS 2011/2012 E DISTRIBUIÇÃO POR ORGANISMOS DO MINISTÉRIO

		Unid: Efetivos		
		2011	2012	Varição 2011 / 2012
1	MNE - Serviços internos	1.287	1.187	-100
2	MNE - Serviços externos	1.607	1.602	-5
3	MNE - Serviços e fundos autónomos	1.029	940	-89
4	Total	3.923	3.729	-194

Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (168 em 2012)

A repartição dos recursos humanos do Ministério entre Portugal e o estrangeiro, constante do gráfico infra, mostra que 71% dos efetivos se encontram em funções nos postos diplomáticos. No Gráfico VIII.3 mostra-se a caracterização destes efetivos por agrupamento profissional.

Gráfico VIII.3 – LOCALIZAÇÃO DE EFETIVOS EM 2012 E DISTRIBUIÇÃO NO ESTRANGEIRO POR ORGANISMO



Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (168)



QUADRO VIII.4 – REPARTIÇÃO DE EFETIVOS EM 2012 E DISTRIBUIÇÃO POR AGRUPAMENTO PROFISSIONAL

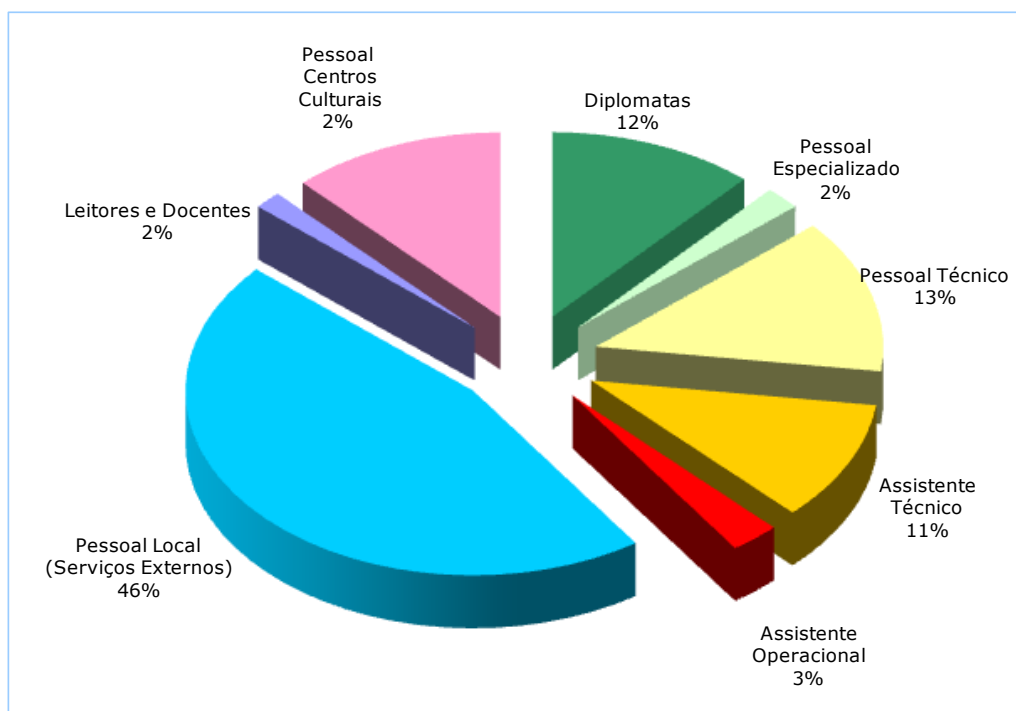
Unid: Efectivos

	2012		Total
	Portugal	Estrangeiro	
1 Diplomatas	163	242	405
2 Pessoal Especializado	0	70	70
3 Pessoal Técnico	471	0	471
4 Assistente Técnico	362	5	367
5 Assistente Operacional	97	0	97
6 Pessoal Local (Serviços Externos)	0	1.602	1.602
7 Leitores e Docentes	0	54	54
8 Professores e Coordenadores	0	420	420
9 Subtotal Efetivos MNE	1.093	2.393	3.486
10 Pessoal Centros Culturais	0	65	65
11 Agentes Cooperação	0	178	178
12 Total	1.093	2.636	3.729

Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (168)

Da distribuição dos efetivos em 2012 por agrupamento profissional verifica-se que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem uma taxa de tecnicidade bastante significativa.

GRÁFICO VIII.5 – EFETIVOS EM 2012 – PESO RELATIVO POR AGRUPAMENTO PROFISSIONAL





Conforme gráfico infra, em 2012 registou-se uma diminuição de 194 efetivos, retomando-se desta forma a tendência de redução que, relembra-se, foi descontinuada em 2010 pela inclusão dos professores e coordenadores do ensino de Português no Estrangeiro nos efetivos do Instituto Camões e pela integração e regularização de situações relativas ao pessoal local. Para esta redução contribuiu fundamentalmente o redimensionamento da rede diplomática e consular e a aposentação de efetivos.

GRÁFICO VIII.6 – EFETIVOS DE 2005 A 2012 – EVOLUÇÃO POR AGRUPAMENTO PROFISSIONAL

